

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1787427 - SP (2018/0335382-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA

AGRAVANTE : PAULO AFONSO FRANCA FONTOURA

AGRAVANTE : NOEMIA ROSA CORREA FONTOURA

AGRAVANTE : EMILIO AFONSO FRANCA FONTOURA

**ADVOGADOS : SÍLVIO MENDONÇA FILHO - MG097617
ANA TERESA GUIMARÃES ZANHAR E OUTRO(S) -
MG148130**

TIAGO DE ALMEIDA MENDONCA - MG147680

**AGRAVADO : COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO
OESTE DO ESTADO DE SAO PAULO**

**ADVOGADOS : LEONARDO FRANCO VANZELA - SP217762
GUSTAVO MORO E OUTRO(S) - SP279981**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE PRODUTO RURAL FINANCEIRA. JUROS DE MORA. LIMITAÇÃO AO PERCENTUAL DE 1% AO ANO. NÃO INCIDÊNCIA. AUTONOMIA PRIVADA. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Há distinção entre a Cédula de Produto Rural e a Cédula de Crédito Rural (esta definida, pelo art. 9º do Decreto-Lei n. 167/1967, como a "promessa de pagamento em dinheiro", enquanto aquela é "representativa de promessa de entrega de produtos rurais", conforme art. 1º da Lei n. 8.929/1994), cumprindo esclarecer que, para o título de crédito tratado neste recurso (CPR-F), vigora o princípio da autonomia privada, de maneira que os juros moratórios não estão limitados à taxa de 1% ao ano. Precedentes. Súmula n. 83 do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira

Relator